

TECNOLOGIAS DIGITAIS: REFLEXÕES SOBRE USOS E EXCESSOS ILUSTRADAS PELOS QUADRINHOS DE ANDRE DAHMER

DIGITAL TECHNOLOGIES: REFLECTIONS UPON USES AND EXCESSES ILLUSTRATED BY ANDRE DAHMER'S COMICS

Janaina Cabello
Universidade Estadual de Campinas
cabello.jana@gmail.com

RESUMO: Este artigo propõe algumas reflexões sobre possíveis atravessamentos/impactos nos processos de subjetivação pela apropriação das tecnologias digitais no século XXI e de como seus usos e (supostos) excessos têm impactado nas constituições subjetivas diante de outras maneiras de o homem mostrar/olhar/sentir/ensinar, que se constituem nas relações estabelecidas na sociedade atual. Sob uma perspectiva histórico-cultural, discute-se sobre as apropriações das tecnologias digitais e as constituições das subjetividades (individuais e num contexto social mais amplo), tendo como pano de fundo as ilustrações do quadrinista brasileiro Andre Dahmer. Essas ilustrações foram escolhidas por fazerem parte da obra do autor que, através das redes sociais, divulga um trabalho que nos provoca e nos convida a pensar sobre como nos relacionamos e, conseqüentemente, (nos) mostramos, (nos) olhamos, sentimos, ensinamos e aprendemos em subjetividades que são atravessadas, constituídas e reconstituídas pelas apropriações das tecnologias no cenário contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: novas tecnologias; tecnologias digitais; subjetividades; apropriações.

ABSTRACT: This paper proposes some reflections about possible crossings/impacts on subjective processes from the appropriation of digital technologies in the twenty-first century and how their uses and (alleged) excesses have impacted on the subjective constitutions facing other ways humans can show/look/feel/teach, that constitutes the established relationships in the network society. From a historical and cultural perspective, we discuss about the appropriation of digital technologies and the constitutions of subjectivity (individual and in a wider social context), with the backdrop of the illustrations of the Brazilian cartoonist Andre Dahmer, who, through social networks, discloses his work, which provokes and invites us to think about how we relate and therefore, we show and look at ourselves, feel, teach and learn in new subjective configurations with are crossed, constituted and reconstituted by the appropriation of technologies in the contemporary scene.

KEYWORDS: new technologies; digital technologies; subjectivities; appropriations.

1 Tecnologias digitais: espaço, tempo e o sujeito contemporâneo



Figura 1: Série “Todos os malucos”. Andre Dahmer.

Fonte: <<https://www.facebook.com/malvadoshq/photos/pb.181129068670985.-2207520000.1445906160./602688323181722/?type=3&theater>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

O cotidiano nesse início de século XXI vem sendo marcado pela presença quase que imperceptível e inevitável de aparatos tecnológicos que, por sua vez, vêm mudando sobremaneira as formas de relacionamento entre as pessoas em seus diferentes espaços, bem como as relações entre o homem e a natureza, ou ainda as relações entre os homens em um contexto social mais amplo (como nos modos de produção/distribuição de saberes, por exemplo).

Nesse cenário, sob uma perspectiva histórico-cultural, ao pensarmos sobre os artefatos tecnológicos historicamente criados pelo homem, entendemos que as tecnologias ao mesmo tempo em que são produto cultural humano, desenvolvidas pelo homem em sua subjetividade, também influenciam na reconfiguração subjetiva a partir das esferas sociais e culturais mais amplas, impactando (em um processo dialético) os modos de se (re)constituir subjetivamente nesse contexto. Dessa maneira, consideramos que, ao mesmo tempo em que produzimos outros/novos artefatos tecnológicos, também somos incessantemente transformados por eles. Nesse sentido, segundo Pedro (2003, p. 4), “ao colocarmos como questão a compreensão da constituição de nossa sociedade, somos de imediato levados a problematizar as **transformações em nossa subjetividade**, a fim de compreender o que nos acontece e o que podemos ser” (grifos da autora) diante das apropriações desses novos dispositivos digitais.

Nessa direção, como ilustrado por Dahmer (2014) (Figura 1), parece que recusar a presença das mídias digitais no cotidiano do homem no século XXI torna-se um ato de “loucura” diante da suposta presença “inescapável” ou “inevitável” (SANTOS, 2003, p. 243) das tecnologias. A ilustração também nos permite pensar sobre a recorrente necessidade presente nos mais diversos discursos de apresentar as tecnologias como ocupando um “lugar” em relação ao homem: ora como “eternas, perigosas e maléficas”, ora como “panaceia, como solução para todos os males” (SZTAGNSRAJBER, 2012, *apud* LINS, 2014, p. 248).

Ao contrário dessa oposição entre as maneiras como as tecnologias são percebidas (colocadas ora numa perspectiva “salvacionista”, ora como um “mal necessário”), concordamos com Pedro (2003), quando evidencia a necessidade de considerarmos a “imbricação entre sociedade e tecnologia, optando por tomar ambos os termos como já-dados, como tecidos densos cujos contornos sabemos identificar e dos

quais devemos partir como base para nossas pesquisas” (PEDRO, 2003, p. 3). Nesse ínterim, os impactos nas subjetividades e nas relações, a partir da apropriação das novas tecnologias nos convidam à reflexão acerca de outras maneiras de “ser” ou de “estar” no mundo, diante dos recentes “movimentos de hibridização e de polarização entre humano e não-humano que a tecnologia possibilita encenar” (PEDRO, 2003, p. 5).

Frente a esse novo cenário, em que constituímos e somos constituídos pelas mídias digitais, podemos notar também outras relações estabelecidas em relação à noção de espaço/tempo: não estamos, necessariamente, somente nos relacionando em espaços físicos demarcados, em interações face a face, mas também em espaços em que a interação é *virtual*. A esse respeito, embora Gilles Deleuze caracterize o virtual como “um complexo problemático” (*apud* PEDRO, 2003, p. 18), Lévy (1996, p. 15) destaca que “a palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência”.

Nesse contexto, como uma suposta “ausência da existência” impactaria nas relações subjetivas desse homem que ao se relacionar virtualmente estaria, ao mesmo tempo, caminhando em direção à “perda da humanidade”? A esse respeito, nas palavras de Pedro (2003), as relações que vêm se estabelecendo nesse cenário lançam a impressão de “[...] uma espécie de “perversão” do que haveria de mais genuíno nas relações humanas, do que habitualmente se exprime nos contatos face a face” (PEDRO, 2003, p. 5).

Contudo, para Pierre Lévy (1996), longe de opor a realidade como “real” ou “virtual” – em que a virtualização ocasionaria, catastroficamente, o “desaparecimento do universal, [...] como a implosão dos referenciais de espaço e tempo” (*apud* PEDRO, 2003, p. 6) –, concordamos com Pedro (2003) quando afirma que “a virtualização deve ser traçada [...] no caminho que vai de uma solução atualizada (concreta) a uma rede de problemidades, plena de possibilidades ainda não atualizadas e, portanto, imprevisíveis” (PEDRO, 2003, p. 6).

Nesse sentido, mais que compreender as tecnologias como “boas” ou “más”, ou de fomentar discussões a respeito dos impactos positivos ou negativos de suas apropriações nas relações humanas contemporâneas, entendemos que a incorporação dos dispositivos digitais já é uma realidade no século XXI e, nessa direção, os esforços devem estar na direção de compreender quais os impactos e consequências da incorporação das tecnologias digitais no cotidiano de uma ampla parcela da população (urbana, ocidental), como instrumentos que vêm produzindo outras maneiras do homem se relacionar, construir conhecimentos e, portanto, de se constituir subjetivamente. Nesse contexto, portanto, concordamos com a afirmação de Chartier de que “uma revolução técnica não se decreta, mas não se suprime também” (CHARTIER, 2003, p. 47).

Consideramos, assim, que os espaços digitais possibilitados pelas novas mídias não apenas permitem com que o ser humano crie, invente e se relacione de outras maneiras, mas, também, integrem-se aos aspectos subjetivos individuais e sociais, em um movimento de objetivação/subjetivação em que

enquanto a objetivação pressupõe a implicação de atos subjetivos ao longo de um processo de construção de um mundo comum – o ciberespaço, por exemplo – a subjetivação, num movimento complementar, refere-se à integração de dispositivos tecnológicos no funcionamento psíquico e somático e social de cada um (PEDRO, 2003, p. 7).

Assim, consideramos que a acentuada participação nas redes sociais, por exemplo, ao mesmo tempo em que provoca a manutenção e existência da própria mídia, parece também provocar atravessamentos nas subjetividades de quem “cria” e “alimenta” as redes digitais – através de postagens, fotos, imagens, áudio e tantos outros recursos.

Dessa maneira, até que ponto podemos pensar na divulgação como sendo necessária não só à existência da mídia (e, nessa direção, para a construção de um espaço virtual comum como citado), mas também para as constituições subjetivas individuais na atualidade, ou seja, à *nossa própria existência humana* no contexto do século XXI?

2 Existir como anúncio: a necessidade de (se) mostrar



Figura 2: Série “Os Malvados”. Andre Dahmer.

Fonte: <<https://www.facebook.com/malvadoshq/photos/pb.181129068670985.-2207520000.1445906275./545371372246751/?type=3&theater>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

Se a partir da apropriação e uso das tecnologias digitais é possível observar impactos sociais e culturais nunca antes observados na história da humanidade, os indivíduos que constituem essa “sociedade em rede” também têm, em suas constituições subjetivas, particulares e idiossincráticas, influências nunca antes imaginadas.

A partir da perspectiva histórico-cultural, para nos humanizarmos, precisamos nos apropriar da cultura e dos mediadores culturais criados pela humanidade, em um movimento dialético entre o ir e vir do mundo interno para o mundo externo, ou seja, através de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade (LEONTIEV, 2004), sendo que, desse modo, as tecnologias, ao mesmo tempo em que são produto cultural humano, resultado de um longo processo histórico mais amplo, influenciam na reconfiguração subjetiva a partir do momento em que são (re)apropriadas, como já citado.

Nesse bojo, portanto, em que a apropriação desse “*mundo sensível exterior*” (LÉVY, 1993) se configura e reconfigura de uma maneira cada vez mais acelerada (visto que o avanço tecnológico tem andado a passos largos), refletimos sobre quais são as atuais formas de se constituir (ser) humano, não apenas de “estar no mundo”, mas também as novas formas de “ser no mundo”. A esse respeito, Pedro (2003) evidencia que

a separação, antes bem demarcada, entre humano e não-humano figura aqui como contingencial e não necessária, sendo tal consideração decisiva para a

abertura de outras possibilidades de se pensar a produção de subjetividade, agora configurada a partir do agenciamento entre humano e não-humano (PEDRO, 2003, p. 8-9).

Nessa direção, para “ser humano” no século XXI, para grande parte da população urbana, aparentemente, é preciso estar *online*, ocupando diferentes espaços simultaneamente, sendo que essas possibilidades abertas pela “virtualidade” permitem “novas experiências subjetivas [...] dispensando a organicidade do corpo, a materialidade do espaço e a linearidade do tempo” (PEDRO, 2003, p. 9).

Dessa maneira, esse “ser humano ubíquo” faz uso das redes para estar, ou seja, ele precisa mostrar sua presença. Estar *offline* é quase como não existir (TURKE, 2010). Contudo, “apenas” estar conectado parece não ser suficiente: quais seriam as (possíveis) formas de existir legitimadas/reconhecidas nessa nova constituição de “ser no mundo” digital? Ou, em outras palavras: como se mostrar humano, tendo em vista a “fluidificação das fronteiras que separam os serem humanos das máquinas que eles mesmo constroem”? (PEDRO, 2003, p. 9).

Aparentemente, os recursos das redes sociais têm sido, para além de recursos para estabelecermos relacionamentos “virtuais”, meios também para a apresentação de “quem somos”, ao mesmo tempo em que são constitutivas daquilo que somos (ou acreditamos ser). Essas relações de apresentação nos espaços digitais têm sido potencializadas na atualidade pela excessiva circulação das imagens.

Pode-se observar que as facilidades na captação do cotidiano pelas fotografias (através de celulares com câmeras, por exemplo, extremamente acessíveis atualmente) apontam para uma crescente divulgação de pessoas e suas rotinas pelas redes sociais e, nesse sentido, “[...] a imagem estoura, cintila por um breve instante, antes de levantar voo, de desaparecer momentaneamente” (SAIMAN, 2012, p. 33).

Sendo assim, quem é esse homem que mostra e é capaz de se mostrar (em uma avalanche de “*selfies*”¹) de maneira tão efêmera, sendo convidado a atualizar em um curto espaço de tempo sua imagem, descrever o que está fazendo e até mesmo o que está pensando?² Como vêm sendo constituídos os “espaços próprios de subjetivação” (GONZÁLEZ-REY, 2007) nesse contexto tecnológico que a todo o momento nos convida a mostrar (e a nos mostrar)?

Nessa direção, como satirizado por Dahmer (2014) (Figura 2), quais seriam os atravessamentos/impactos provocados nas constituições subjetivas de quem se mostra e se apropria do que é mostrado, em um fluxo contínuo de imagens e informações que se sobrepõem e se conjugam na constituição do que somos (e de como somos) na atualidade?

1 *Selfie* pode ser definido como a junção do substantivo *self* (em inglês “eu”, “a própria pessoa”) e o sufixo *ie* – ou *selfy* – um tipo de autorretrato, normalmente tomada com uma câmera digital de mão ou celular com câmera.

2 Essas questões são sugeridas pela rede social Facebook, como um “convite” para uma nova postagem.

3 Olhar, mostrar e sentir: “ser é ser percebido”³



Figura 3: Série “Vida e obra de Terêncio Horto”. Andre Dahmer.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/malvadoshq/photos/a.181209315329627.38166.181129068670985/553756434741578/>>. Acesso em 05 dez. 2015.

Como anteriormente citado, a ampla divulgação das fotografias chamadas *selfies*, bem como de fotografias do cotidiano, aparentemente sem importância ou relevância para que sejam divulgadas como um “acontecimento” parece nos convocar para um estado de constante alerta (nenhuma “nova” informação parece poder se perder). A partir do momento em que as imagens permanecem se atualizando/sendo atualizadas, uma onda de “novas” informações é provocada: imagens de um prato de comida, de si mesmo diante do espelho (a “*selfie*”), as unhas recém-pintadas na manicure, situações que poderiam ser contempladas/desfrutadas sem a preocupação de, necessariamente, serem fotografadas e/ou filmadas para posterior (ou imediata!) divulgação (uma festa, um *show*, um lindo pôr do sol).

Essa “onda” parece trazer consigo novas maneiras de se constituir subjetivamente, tendo em vista que as “modulações das subjetividades contemporâneas podem ser relacionadas aos dispositivos de visibilidade que as atravessam” (BRUNO, 2013, p. 53).

Desse modo, parece inquestionável a dificuldade de permanecermos indiferentes a essa “massa de excitação”, em que as fronteiras entre o que é “meu” e o que é do “outro” (e, por que não dizer, do que *sou eu* e do que *é o outro?*), parecem cada vez mais diluídas. Nesse cenário parece ser necessário dizer “*olhem-me*”, em um movimento em que *est percipi* (ser é ser percebido)” (TURKE, 2010, p. 310).

A esse respeito, segundo Bruno (2013, p. 67),

Ver e ser visto não implica apenas circuitos de controle, mas também de prazer, sociabilidade, entretenimento, cuidado consigo e com o outro. Além disso, uma cultura confessional e terapêutica nos legou a ideia e a experiência de que a expressão de nossa intimidade é a via régia da realização de um eu autêntico (Rose, 1998). Tais heranças misturam-se e renovam-se nas atuais práticas de visibilidade, multiplicando as nuances de uma subjetividade cada vez mais alterdirigida (Riesman, 1995).

3 Turke (2010, p. 310).

A percepção e apropriação do outro a partir dessa veiculação de imagens pelas mídias digitais provoca, então, outros questionamentos: *quem é o outro* do qual me aproprio – e para quem me dirijo – e *quem escolho ser*, a partir da veiculação das minhas imagens nessa relação de perceber e de ser percebido (portanto, de existir) na contemporaneidade? E ainda: a partir da afirmação de Sontag (2003) de que “as fotos objetificam: transformam um fato ou uma pessoa em algo que se pode possuir” (p. 69), quais seriam as implicações subjetivas e sociais desse “*consumo do outro*”, a partir da exposição demasiada nos espaços virtuais, que nos oferecem nessa relação humano-artefato tecnológico fronteiras fluidas entre o individual e o coletivo?

A esse respeito, supomos que

pensar a partir dos coletivos [...] tem por objetivo estratégico abrir espaço para que possamos problematizar nossa própria constituição – enquanto sujeitos, enquanto humanos – e transformação, na medida em que somos transformados por aquilo que apreendemos (PEDRO, 2003, p. 16).

Nesse movimento de transformação, problematizaremos a seguir como as tecnologias digitais vêm sendo incorporadas e ressignificadas também no espaço escolar, sendo apropriadas para a aprendizagem e construção de novos/outros sentidos subjetivos. Partimos das nossas próprias experiências (individuais e sociais) diante dos dispositivos digitais e da contínua presença de imagens, informações e conteúdos disponíveis nas telas das mídias digitais.

4 As possibilidades de aprendizagem a partir das novas tecnologias: e a escola?

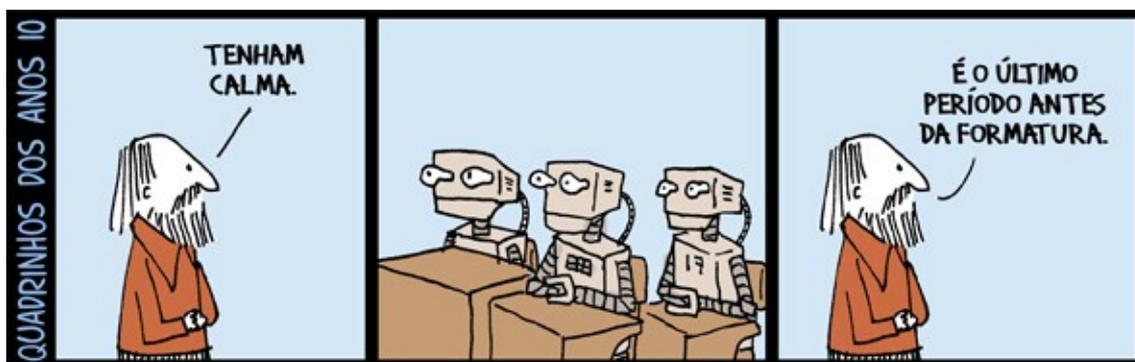


Figura 4: Série: “Quadrinhos dos anos 10”. André Dahmer.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/malvadoshq/photos/a.181209315329627.38166.181129068670985/812518348865384/?type=3&theater>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

O complexo jogo de relações entre “real/virtual” e entre “humano/não-humano” a partir das apropriações tecnológicas da atualidade reverberam no redimensionamento de aspectos subjetivos e carregam implicações para as relações humanas estabelecidas nos mais diversos espaços sociais, inclusive no espaço escolar (visto que a escola não pode ser apartada do meio social mais amplo que, como apresentado, atravessa e é atravessado pelas novas tecnologias).

Nesse contexto, “tanto professores quanto estudantes são atravessados e marcados por um dado contexto social que a todo instante define e redefine os papéis destes sujeitos e as relações entre eles” (MARGARITES, SPEROTTO, 2011, p. 2). Assim, compreendemos que os papéis de professores e alunos também vêm sendo redefinidos na medida em que as subjetividades dos indivíduos participantes dessa relação se reconfiguram a partir/nas relações de ambos com as tecnologias digitais, visto que as experiências mediadas pelos artefatos tecnológicos adquirem seu “valor subjetivo em função das características do próprio sistema subjetivo no momento em que [as experiências] foram vivenciadas pelo sujeito” (GONZÁLEZ-REY, 2007, p. 126).

Mas como o espaço escolar tem se apropriado das tecnologias? Quais seriam as implicações das apropriações tecnológicas para a escola, já que, como apontado por Lévy (1996), “o saber prendia-se ao fundamento, hoje se mostra como figura móvel. Tendia para a contemplação, para o imutável, ei-lo agora transformado em fluxo, alimentando as operações eficazes, ele próprio a operação”? (LÉVY, 1996, p. 55). Ainda a esse respeito, o autor ressalta que na atualidade “não é mais apenas uma casta de especialistas mas a grande massa das pessoas que são levadas a aprender, transmitir e produzir conhecimentos de maneira cooperativa em sua atividade cotidiana” (LÉVY, 1996, p. 55).

Paradoxalmente, percebemos que a ampla circulação do conhecimento pelos recursos digitais parecem ainda ser vista pelos agentes da escola por um lado com uma aparente resistência (quando se trata do uso das tecnologias para a construção de conhecimentos ditos “escolarizados”) ou, ainda, como “novos” instrumentos disciplinadores e, assim, como uma “extensão ao olhar do vigilante do outro” (BRUNO, 2013, p. 64), numa visão foucaultiana que concebe o espaço escolar “uma máquina de aprender, mas também de vigiar, hierarquizar e premiar” (ARAÚJO, 2007, p. 32).

Ao nos depararmos com a afirmação de Buckingham (2010), de que as tecnologias têm sido vistas com desconfiança por “professores céticos em relação aos benefícios educacionais da tecnologia computacional”, que consideram “que o investimento em tecnologia nem sempre resulta em formas novas e criativas de aprendizagem, nem mesmo em progressos nos resultados das provas” (p. 40), concordamos que nem sempre os devidos investimentos na área são feitos, principalmente no que se refere à formação para que os professores possam reestruturar suas práticas, contudo também consideramos que, aparentemente, dentro dos espaços escolares operam modos de fazer (aprender e ensinar) já sistematizados e arraigados, previstos por uma cultura escolar mais ampla (CANDAU, 2011), em um aparente “descompasso” com as apropriações tecnológicas já vivenciadas em outros lugares que não a escola e, conseqüentemente, com as maneiras de produção/circulação de conhecimentos nesses contextos.

Assim, embora as apropriações das tecnologias tragam novos contornos subjetivos para alunos e professores, e conseqüentemente atravessem também a escola de maneira mais ampla, parece que as atitudes em relação aos artefatos digitais nesse cenário, como salientado por Pedro (2003, p. 17), são ou de “adesão ingênua às proezas tecnológicas” ou de sua “rejeição sistemática”. Porém, consideramos que a escola teria um papel fundamental “na recusa à oposição entre tecnologia e experiência, a fim de tentarmos compreender a singularidade de nossa sociedade tecnológica e as mudanças nas relações que podemos estabelecer com o mundo e com os outros para, a partir daí, ensaiarmos novas possibilidades – ainda não dadas – de ser e de viver” (PEDRO, 2003, p. 18).

Nesse contexto, como ilustrado por Dahmer (2015) (Figura 4), a escola do século XXI parece ainda manter uma certa padronização de práticas na busca dos conteúdos daquilo considerado importante para que “todos” os alunos aprendam – divididos em suas séries/anos, com um currículo predeterminado a ser seguido, em determinados horários etc. – em detrimento de outros fazeres que são potencializados com as tecnologias digitais, como já apresentado e discutido por diversos autores (BABIN, KOULOUMDJIAN, 1989; ALVES, PRETTO, 2006; BUCKINGHAM, 2010; VALENTE, 1995, 1999, por exemplo).

Dessa forma, percebemos que a maneira como as tecnologias vêm sendo apropriadas pela escola acaba por reproduzir práticas já conhecidas e canonizadas no espaço escolar (todos juntos, ao mesmo tempo, para o uso do computador na sala de informática durante cinquenta minutos, no exemplo clássico das “aulas de informática”, por exemplo), ao invés de considerar as potencialidades dos usos dos artefatos digitais para “um alargamento de nossa consciência” (DOMINGUES, 2002, *apud* PEDRO, 2003, p. 11) e, portanto, para as possibilidades de aprendizagem mais dialógicas (BAKHTIN, 1986) entre alunos e professores.

Desse modo, assumimos a importância do espaço escolar considerar os novos contornos subjetivos provocados pelo interfaceamento entre tecnologias/alunos/professores, como vimos problematizando. Isso impõe desafios que nos convoca a pensar (e olhar) de outras maneiras para o contexto escolar em suas práticas, sendo nas formas de apreensão/produção de conhecimentos por alunos (e também professores) em contextos fora da escola, ou na sistematização de práticas para o uso das tecnologias nas relações entre professores e alunos.

Na contemporaneidade, salientamos a importância da escola considerar que as apropriações das mídias digitais permitem “não estar em um espaço específico [o que] pode significar estar em toda parte [...] abrindo, assim, múltiplas possibilidades de constituição de linhas de fuga, múltiplas possibilidades de subjetivação” (PEDRO, 2003, p. 7) e inúmeras possibilidades de ensinar e aprender, nesse contexto.

5 Novas tecnologias, “novas” subjetividades e o sujeito humano: perspectivas futuras



Figura 5: “O fim do jornal de papel”. Andre Dahmer.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/malvadoshq/photos/a.181209315329627.38166.181129068670985/286374051479819/?type=3&theater>>. Acesso em: 05 dez. 2015

A partir do que vimos apresentando, observamos que a evolução tecnológica da qual fazemos parte (constituindo e sendo constituídos por ela), tem promovido mudanças de paradigmas relacionadas às formas de mostrar, olhar, sentir, ensinar e aprender ao longo dessa primeira década do século XXI, provocando, por sua vez, outras formas de nos constituirmos subjetivamente. Noções como espaço, tempo, lugar, fronteiras têm sido reconfiguradas, implicando em novas constituições subjetivas, de sujeitos que se relacionam a partir novos “agenciamentos coletivos dos quais não sabemos de antemão como iremos sair ou quais os desdobramentos de nossa transformação” (PEDRO, 2003, p. 17).

Percebemos, assim, que estamos em um processo em que aparentemente as reflexões sobre as tecnologias na atualidade não poderiam ficar restritas aos modos como temos nos apropriados dos dispositivos digitais como ferramentas, sendo necessária uma reflexão que se amplia no sentido de problematizar e discutir sobre como as novas tecnologias vêm, ao mesmo tempo, também nos constituindo como “outros” seres humanos a partir de suas apropriações, uma vez que já não escolhemos usar ou deixar de usar esses artefatos, mas somos (em maior ou menor medida) diretamente atravessados/impactados por elas.

Nesse sentido, é necessário que percebamos também que, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais podem permitir com que haja formas até então inimagináveis de manifestações do potencial humano/humanizador, “a tecnologia pode ser trágica para o ser humano se a mesma pressupõe o estrangulamento ao invés do desenvolvimento do imenso potencial criativo dos seres humanos” (TESKE, 2002, p. 150).

Assim, consideramos que na contemporaneidade, mais que buscar compreender as tecnologias e seus possíveis atravessamentos nossos contornos subjetivos como “boas” ou “más”, cabe procurarmos refletir, e como evidenciado por Pedro (2003, p. 18) “compreender a singularidade de nossa sociedade tecnológica e as mudanças nas relações que podemos estabelecer com o mundo e com os outros para, a partir daí, ensaiarmos novas possibilidades – ainda não dadas – de ser e de viver”.

Nesse “oceano de possíveis” (SERRES, 2000 *apud* PEDRO, 2003, p. 17), que se apresenta na atualidade a partir das inovações tecnológicas, não sabemos de antemão quais os desdobramentos para nosso futuro. Contudo, a ilustração de Dahmer (2012) (Figura 6) nos convida a encerrar este breve panorama com a seguinte pergunta: a partir das subjetividades que vimos constituindo diante das apropriações tecnológicas, qual é a humanidade que estamos sendo e qual é o futuro que nos aguarda diante das nossas escolhas frente a tantas possibilidades apresentadas pelas tecnologias na atualidade?

Referências

- ALVES, L. R. G.; PRETTO, N. Escola: um espaço de aprendizagem sem prazer? *Comunicação & Educação*, n. 16, p. 29-35, 1999.
- ARAÚJO, I. L. Vigiar e punir ou educar? *Educação*, São Paulo: *Segmento*, n. 3 (especial Foucault pensa a educação), p. 26 - 37, 2007.
- BABIN, P.; KOULOUMDJIAN, M. F. *Os novos modos de compreender: a geração do audiovisual e do computador*. São Paulo: Paulinas, 1989.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2013.

BUCKINGHAM, D. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. *Educação e Realidade*. Vol. 35, n. 3, p 37-58, 2010.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p.240-255, jul./dez., 2011.

CHARTIER, R. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB, 2003 (Col. Histórias de Leitura).

DOMINGUES, D. *Criação e interatividade na Ciberarte*. São Paulo: Experimento, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, Thomson Learning, 2007.

LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004. (Trabalho original publicado em 1978).

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, P. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

LINS, H. A. M. Cultura visual e pedagogia da imagem: recuos e avanços nas práticas escolares. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 245 – 260, mar. 2014.

MARGARITES, A. P. F.; SPEROTTO, R. I. Subjetividade e Redes Sociais na Internet: Problematizando as novas relações entre estudantes e professores na contemporaneidade. *CINTED - UFRGS*, v. 9, n. 1, p. 1-10, julho, 2011.

PEDRO, R. M. L. R. O mínimo homem – reflexões sobre os processos de subjetivação na sociedade tecnológica. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia – GT 22: Sociedade da informação e metodologias informacionais*. UNICAMP, Campinas, 2003.

SAIMAN, E. (Org.). *Como pensam as imagens*. Campinas, São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, L. G. *Polítizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SERRES, M. Novas tecnologias e sociedade pedagógica. *Interface*. Botucatu, v. 4, n. 6, p. 129-142, fevereiro, 2000.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SZTAGNSRAJBER, D. Abordaje sobre lo humano y la tecnologia. Curso: *Educación, imágenes y medios*. Grupo 8, 2012.

TESKE, O. Letramento e minorias numa perspectiva das ciências sociais. In: LODI *et al.* *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

TURKE, C. *Sociedade Excitada: filosofia da sensação*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

VALENTE, J. A. Informática na educação: conformar ou transformar a escola. *Perspectiva*. Florianópolis, UFSC/CED, n. 24, p. 41-49, 1995.

VALENTE, J. A. (Org.). *O computador na sociedade do conhecimento*. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

Recebido em 20 de agosto de 2015.
Aprovado em 07 de outubro de 2015.